

FEBEM NA CONTRAMÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Kelly Cristina Spinelli
Jornalista

Daniel Garcia



Um estridente fracasso das gestões de Mário Covas e Geraldo Alckmin, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor completa três décadas sem conseguir se desvencilhar dos fantasmas que carrega desde sua fundação. Desde 2000, passou por quatro secretarias diferentes e teve sete presidentes, sem que fossem resolvidos os problemas de superlotação e falta de projeto pedagógico. Rebeliões, torturas e assassinatos marcam a história recente da instituição, à espera de unidades adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem) completou 30 anos no dia 26 de abril de 2006. São três décadas de uma história bastante repetitiva. Basta que se faça uma busca em arquivos de notícias sobre a Febem para perceber que, salvo algumas variações de atuação dos diferentes governos, os problemas e as promessas são recorrentes.

O círculo vicioso começa com o grande número de adolescentes internados pela Justiça, que causa a superlotação das unidades, onde, em geral, os jovens sobrevivem de forma desumana. A isso se somam denúncias de tortura, falta de condições de trabalho para os funcionários e as conseqüentes (e tão temidas) rebeliões.

O Governo promete resolver o problema construindo unidades pequenas e regionalizadas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As unidades não se materializam, em parte por falta de vontade política, em parte por resistência dos municípios. Recorre-se novamente aos grandes complexos da capital — e, eventualmente, à transferência de adolescentes para penitenciárias. A superlotação não se resolve e o círculo recomeça.

A atuação dos últimos dois governos em relação à Febem não fugiu à regra. Tanto Geraldo Alckmin (2001-2002 e 2003 a março de 2006), como Mário Covas (1995-1998 e 1999-2001) enfrentaram crises na instituição, rebeliões, transferiram adolescentes para

cadeias e entregaram menos unidades do que prometeram (**vide p.27**). Mas se a Febem foi o calcanhar de Aquiles das últimas duas gestões, igualmente causou dores de cabeça nos governos anteriores.

Em 1992, por exemplo, no governo de Luis Antônio Fleury Filho (1991-1994), ocorreu uma das grandes rebeliões em uma unidade do Tatuapé, que já estava em processo de superlotação, depois da desativação de unidades no interior. O governador, já naquela época, prometia a construção de 60 pequenas unidades de internação, chamadas então de “miniunidades”.

Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Menor, que acompanha de perto a Febem desde que foi educador no Tatuapé nos anos 1980, analisa a política dos governos nessa área: “Existe sempre uma tentativa, de certa forma até desesperada, de se encontrar soluções. No governo Covas houve a grande crise na Febem, mas essa crise também houve no governo Fleury e no governo [Orestes] Quércia [1987-1991]”.

O padre Lancellotti está acostumado com as críticas às entidades de defesa dos direitos humanos: “Nossa entrada nunca foi fácil. Covas chegou a dizer que eu causava rebelião. Como agora dizem que é o Ariel, que é a Conceição”

O tempo todo procura-se culpados pelo sistema ineficiente. As ONGs de defesa de direitos humanos, que fiscalizam a Febem, culpam os presidentes da fundação e os governadores do Estado. Em abril de 2006, entidades reunidas pela Associação de Mães de Internos da Febem (Amar), presidida por Conceição Paganele, protestaram em frente à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, à qual a Febem está vinculada. Pediam a substituição da presidente Berenice Gianella.

As entidades acusam a presidente de ser conivente com maus-tratos na Febem e reclamam não poder mais entrar nas unidades para fiscalizá-las, direito que o presidente anterior, Alexandre de Moraes, havia assegurado. A secretária Eunice de Jesus Prudente, que assumiu o cargo no final de março, recebeu as mães. “Conversei com elas o seguinte: seria muito cômodo encontrarmos um culpado e crucificá-lo. Não temos um culpado, é um problema brasileiro”, diz. Berenice Gianella não quis comentar as acusações.

Em contrapartida, os governadores e seus auxiliares apontam o dedo para as entidades, acusando-as de incitar rebeliões. No final de 2005, em entrevista à rádio CBN, o então governador Alckmin citou nominalmente esses desafetos: “Algumas dessas organizações não-governamentais trabalham permanentemente contra o Governo. Esse Ariel, Conceição, esse pessoal o dia inteiro cria problemas, não faz nada para ajudar”. Em abril de 2006, a presidente

Gianella também responsabilizou as ONGs. “Há uma enorme coincidência. Em novembro”, data da penúltima grande rebelião no complexo do Tatuapé, “aconteceu isso: nós tivemos visitas dessas entidades na quinta e na sexta, e na terça nós tivemos rebelião. Agora foi a mesma coisa”, disse.

Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e integrante da Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), rebate as críticas: “Querer responsabilizar as ONGs pelas rebeliões é querer ludibriar a opinião pública, criminalizar as entidades. O Estado tenta transferir sua responsabilidade”, diz. Entre os que são normalmente citados, o padre Lancellotti está acostumado com as críticas: “Nossa entrada como centro de defesa nunca foi fácil. Covas chegou a dizer textualmente que eu causava rebelião. Como agora dizem que é o Ariel, que é a Conceição”.

Dessa vez, o Governo foi além do discurso. Conceição Paganele está sendo investigada pela Polícia Civil, na condição de suspeita de haver praticado crimes de formação de quadrilha, facilitação de fuga e incitação ao crime. O inquérito investiga a suposta participação dela em rebeliões ocorridas no complexo do Tatuapé. As entidades de direitos humanos dizem que Paganele está sendo perseguida. Ela nega as acusações.

Mesmo dentro de cada governo, a responsabilidade pela



Aspectos do complexo do Tatuapé, de onde 307 internos fugiram em 2005. Na foto acima, crianças jogam bola na rua, perto de uma unidade. Na foto ao lado, um dos prédios desativados. Na outra página, a portaria

Febem muda de mãos com frequência. Desde agosto de 2004, está sob a tutela da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Em 2003, havia sido transferida para a Secretaria da Educação. Em 2001, esteve na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer. Antes disso, na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Desde 2000, sete pessoas diferentes presidiram a Febem. Em toda a sua história, a instituição contabiliza mais de 60 presidentes.

O lado irônico é que tanto as ONGs quanto os governos apontam as mesmas soluções para a Febem — a criação de unidades nos padrões definidos pelo Conselho





Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, órgão que regulamenta o ECA. De acordo com o Conanda, as unidades devem ser pequenas, regionalizadas, com um projeto pedagógico consistente e devem proporcionar ao adolescente assistência médica, jurídica, acesso à cultura, lazer, esporte, educação e contato com a comunidade e a família (**vide quadro à p.24**).

Originária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão criado em 1964, a Febem ainda conserva a cultura carcerária, de contenção e repressão, que herdou da Ditadura

Mas se todos concordam quanto ao atendimento ideal para o adolescente em conflito com a lei, por que o problema da Febem não se resolve? Na opinião dos especialistas, a instituição ainda mantém a cultura carcerária, de contenção e repressão, que herdou da Ditadura Militar.

A Febem é originária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão criado em 1964 para implantar nos estados a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A Funabem atendia crianças abandonadas e os então chamados “menores infratores”. Baseava-se no Código de Menores de 1927 (revisto em 1979), e previa a internação de crianças e adolescentes apenas para contenção da criminalidade, seguindo a linha da Doutrina de Segurança Nacional.

São Paulo começou a se ajustar à Funabem em 1973, com a criação da Fundação Paulista de Promoção

AS DIRETRIZES DO CONANDA

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Conanda, em 29 de outubro de 1996, regulamentou, através da resolução nº 46, a execução da medida sócio-educativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Conanda determinou que as unidades de internação:

- não devem abrigar mais que 40 adolescentes;
- devem ser regionalizadas dentro de cada Estado;
- devem proporcionar ao adolescente educação, saúde, esporte e lazer, assistência social, profissionalização, cultura e segurança;
- devem proporcionar atendimento jurídico continuado, tratamento médico-odontológico e orientação sócio-pedagógica;
- devem proporcionar acesso aos serviços da comunidade, em atividades externas, como preparação à reinserção social, a não ser se houver expressa determinação judicial em contrário;
- devem ter um projeto sócio-pedagógico que preveja a participação da família e da comunidade.



Eunice Prudente, secretária de Justiça

Social do Menor, a Pró-Menor. Em 1976, a Pró-Menor passou a se chamar Febem, alinhando o Estado à política nacional. Ou seja, a Febem foi criada muito antes do Estatuto da Criança e do Adolescente ser promulgado, em 1990. Antes do ECA, a criança e o adolescente não eram vistos como cidadãos com prioridade nas políticas públicas, que devem ser protegidos pelo Estado e ressocializados, mas como menores delinqüentes ou em situação irregular, a serem contidos.

“A Febem traz o DNA da Funabem, filha da ditadura e da Política de Segurança Nacional. Os funcionários foram treinados para contenção, segurança e alta disciplina”, diz Lancellotti. “Isso instaurou uma cultura que não mudou e que, de certa forma, independe do governo”, com-

pleta. Rubens Naves, presidente da Fundação Abrinq, concorda: “Não conseguimos fazer uma transição adequada do Código de Menores para o ECA. O que vemos é uma continuidade do equívoco”.

Exemplos não faltam para corroborar essa opinião, a começar pela arquitetura das unidades, inclusive das recém-inauguradas. “Uma comissão da Pastoral do Menor visitou a construção de Campinas, que é um horror. Os banheiros não têm porta, como no sistema penitenciário. A descarga é do lado de fora, como o chuveiro. Isso educa?”, pergunta Lancellotti. Para Naves, “o projeto arquitetônico deveria seguir o projeto pedagógico”.

Nos complexos, uma porta só é aberta quando outra é trancada. A solitária dos presídios existe na

forma da “tranca” — período em que o adolescente fica isolado no quarto. As conseqüências da cultura de repressão são claras. “Recebemos denúncias de maus-tratos mesmo das unidades pequenas. Fazer novas unidades com a mesma cultura da Febem acaba servindo para regionalizar a tortura”, acredita Ariel de Castro Alves.

Outros problemas assolam a Febem. Para começar, a instituição enfrenta um alto número de internações de adolescentes. São hoje 6.225 internos, mais 382 em semiliberdade. Em 1995, a Febem tinha, somados internos e em semiliberdade, 2.125 adolescentes. Acredita-se que boa parte desses jovens poderia ter passado longe da internação — medida sócio-educativa que, segundo o ECA, só deve ser adotada em casos graves e na ausência de

outra adequada, como prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida.

“Os municípios buscam se livrar da responsabilidade, do trabalho pedagógico de aplicar medidas de meio aberto”, diz Naves. “Muitos juízes já disseram que há uma pressão da cidade para mandar o adolescente para a Febem”. Além disso, falta investimento em medidas preventivas. Dos jovens internados na Febem, 52,5% cometeram roubo qualificado. Silvana Moraes, psicóloga de algumas unidades, acredita que investir em educação poderia melhorar esse índice. “A maioria dos meninos rouba, eles não são homicidas. A sociedade fornece para o adolescente uma imagem... ele quer coisas que nunca poderá ter. Eles roubam para comprar roupa, fazer uma festa de aniversário”.

A Febem recebe mais internos do que poderia, e não cria vagas suficientes para a demanda. O resultado é a superlotação, que contribui para que faltem acomodação adequada, vagas nos cursos e nas oficinas profissionalizantes. O relatório “O Trabalho dos Monitores da Febem”, produzido por técnicos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, revela que os próprios funcionários reclamam da superlotação. Um deles declara: “esse quarto com cinco pessoas é um crime (...) Cinco, seis, isso quando não tem sete, às vezes tem sete, num quarto que é para atender dois adolescentes”.

Além disso, há unidades com deficiências sérias de higiene e saúde. A Febem garante que oferece “todo material necessário à higiene” de seus adolescentes, mas mães de internos contestam essa informação. “Sabonete, pasta, chinelo, cueca, eu que levo. Tem semana que eu gasto 50, 60 reais. E quando o choque entra lá, toma tudo dos meninos”, diz Marta Alves Fernandes, que tem um filho em uma unidade do Tatuapé.

Um grupo de trabalho do Conanda fez visitas ao complexo do Tatuapé em novembro de 2005. Em seu relatório, ficaram comprovadas muitas das reclamações das ONGs e familiares. Um dos trechos diz que “as condições de higiene pessoal são precárias” e que é perceptível “a proliferação de doenças de pele”, sendo a sarna a mais comum. Em outro se lê que “os adolescentes se queixam que as roupas não são lavadas constantemente”, sendo que “alguns chegam a usar a camiseta dos dois lados”. A Febem pretende desativar o complexo até o final de 2006.

***Cerca de 10 mil jovens
sofreram tortura nos
últimos sete anos na
Febem, segundo Ariel
Alves, do MNDH.
Nos últimos três anos,
morreram na instituição
27 adolescentes***

O lado mais trágico da Febem são as denúncias de tortura. Raimunda Maria Silva, avó de um adolescente do Tatuapé, internado por roubo, viu sangue na parede da cama do neto quando foi visitá-lo. “Ele disse que apanhou do monitor, estava com a cabeça cortada”, lamenta. “Nós contabilizamos que cerca de 10 mil jovens sofreram tortura nos últimos sete anos da Febem”, diz Alves. No já citado relatório da Fundacentro, verifica-se que funcionários admitem bater em internos: “você têm dois jeitos de conseguir convencer adolescentes a fazer o que você quer, um deles é a porrada (...) e o outro é idéia, e para trocar idéia me desculpa, o indivíduo precisa falar a linguagem do adolescente se não ele não consegue convencer”, diz um deles.

Nos últimos três anos, morreram 27 adolescentes na Febem. Entre eles, o irmão de Tatiana de Araújo, internado por tráfico no complexo da Raposo Tavares. “Teve uma rebelião e depois a represália do diretor. Deixaram um em cada quarto e espancaram. No outro dia, meu irmão apareceu enforcado”, relata. “A Febem diz que ele se matou. Eu não acredito”.

Para Conceição Paganele, a situação passou dos limites: “Tanta opressão e tortura fizeram com que meninos comessem a morrer. A Febem diz que eles se mataram. E se é verdade, é pior ainda. Que instituição é essa que em vez de ajudar a resgatar, enlouquece a tal ponto que o jovem tira sua própria vida?”.

A secretária de Justiça afirma que as acusações de tortura estão

sendo apuradas. “Há processos em andamento. As providências foram tomadas”, diz Eunice Prudente. Mas não se pode culpar os funcionários da Febem sem levar em conta suas condições de trabalho. O relatório da Fundacentro mostra que os monitores, além de não receberem treinamento adequado, estão expostos às mesmas condições de higiene e saúde que os internos.

Os monitores têm de identificar e conter rebeliões, mesmo usando a violência. Trabalham com medo, em estado de alerta e sob o risco de sofrerem agressões, serem feitos reféns ou até morrerem em rebeliões. Um deles declarou à Fundacentro: “[vi] funcionário morrendo na minha frente, esfaqueado (...) eles [os adolescentes] pegam madeira, ferros que eles acham, chamam de pirulito, barra de ferro, [para] abrir a cabeça de vários colegas”. Em 2006, 44 funcionários ficaram feridos em uma rebelião no Tatuapé.

O resultado disso, segundo o estudo, é ansiedade, depressão e muitas vezes problemas com álcool e drogas. O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, citado no relatório, diz que entre 2003 e junho de 2005 65% dos funcionários da Febem atendidos tinham quadros de transtornos mentais.

Todos esses fatores transformam a Febem em um barril de pólvora que, de quando em quando, explode na forma de rebeliões. Em 2006 ocorreram seis até o mês de abril, e em 2005 foram contabilizadas 35. Uma



Conceição Paganele, da Associação de Mães de Internos da Febem (Amar)

educadora da instituição, que prefere não revelar seu nome, acha que “a estrutura da Febem concorre para que os adolescentes se rebelem”.

Depois de rebeliões graves, que destroem ou danificam unidades de internação, a solução de diferentes governos é a mesma: a transferência temporária de meninos para cadeias. Em abril de 2006, 131 adolescentes foram, pelo prazo máximo de seis meses, para uma penitenciária feminina, depois de uma rebelião no Tatuapé. No governo Covas, quando ocorreu a rebelião mais violenta da história da fundação, na Imigrantes, 800 internos foram transferidos para cadeias de São Paulo e Santo André.

Autorizadas pela Justiça, as transferências causam controvérsia. “O elemento mais grave que surgiu agora é uma contaminação dos adolescentes pelo sistema penitenciário”, constata Lan-

cellotti. O jornal *O Estado de São Paulo* publicou um exemplo disso em reportagem na qual o jornalista Fábio Mazzitelli conta sua experiência no complexo do Tatuapé, onde os internos adotaram uma “reza” diária que começa com um pai-nosso e termina glorificando o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Os funcionários acreditam que esse novo costume pode ter nascido da ida e volta de internos para penitenciárias.

O governador Lembo admite que não conseguirá entregar as 41 novas unidades prometidas até o final de 2006, como previsto. Ele prevê a construção de apenas 12

OS GOVERNOS E A FEBEM

Mário Covas

- Anunciou em 1999 o programa “Novo Olhar”, que propunha a construção de unidades regionalizadas da Febem. Ele previa a construção de 30 unidades no interior.

- No final de 1999, a Febem tem sua maior fuga: 644 internos. Depois, quatro adolescentes são mortos por colegas em uma rebelião que destrói o complexo da Imigrantes. O complexo foi desativado.

- Com a destruição do complexo, 800 internos são transferidos, por sete meses, divididos entre o Cadeião de Pinheiros e o antigo Centro de Observação Criminológica do complexo do Carandiru, e em um Centro de Detenção Provisória de Santo André.

- Covas diz que assumirá pessoalmente o problema da Febem. Desconfia dos funcionários, reclama dos municípios e se considera o maior responsável pelo problema.

- Em 2000, foram erguidos prédios do complexo de Franco da Rocha, para 960 internos e no formato de uma penitenciária. Para se chegar às alas era necessário trancar e destrancar oito portões. Rebeliões e denúncias de maus-tratos em Franco da Rocha tornam-se comuns.

- A Fundação Abrinq pede explicações pelos maus-tratos a internos e reclama que as instituições de defesa de direitos humanos têm dificuldade para entrar na Febem.

Geraldo Alckmin

- Anunciou a descentralização da Febem e a construção de 41 unidades nos moldes do Conanda. Até deixar o cargo, em março de 2006, para se candidatar à presidência, apenas duas haviam sido entregues.

- Em 2003, alegando falta de segurança, a Febem barra visita da Organização das Nações Unidas (ONU) à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) do Brás.

- É inaugurada a unidade de Vila Maria 1, com estrutura de um presídio de segurança máxima, com três muralhas separando-a da rua e agentes circulando com cães. No final de 2004, a unidade se rebela fazendo sete reféns.

- Em 2005, ocorre a segunda maior fuga da Febem, no complexo do Tatuapé. 307 internos fogem. Rebeliões destroem unidades do Tatuapé e do complexo de Franco da Rocha.

- 700 internos com 18 anos ou mais são transferidos para uma penitenciária em Tupi Paulista (interior de SP), por seis meses.

- Em setembro de 2005, a Febem publica portaria que restringe acesso das entidades de defesa de direitos humanos.

- Em 2006, Alckmin começa a desativação do complexo do Tatuapé, sem que nenhuma das outras unidades prometidas estivesse em funcionamento.

A Febem divulga a seu favor que oferece oficinas profissionalizantes e modalidades esportivas para os adolescentes. Ressalta que já existem unidades menores construídas, diferentes dos grandes complexos. Ainda assim, as entidades de direitos humanos apontam problemas. “Não há uma proposta pedagógica clara. Quer dizer, você faz oficina pra quê?”, diz Lancellotti. “O problema

é que quando a gente pergunta qual é a metodologia, as pessoas fazem a relação das atividades”, diz.

O então governador Alckmin anunciou, em março de 2005, a construção de 41 novas unidades da Febem. Elas têm um novo nome: Centro de Apoio Socioeducativo ao Adolescente (Casa), mas recebem as já citadas críticas a seu projeto arquitetônico. Também foi

divulgada a descentralização administrativa da instituição em dez divisões regionais, cada uma com orçamento próprio e autonomia.

As novas unidades deverão funcionar em sistema de gerenciamento compartilhado: ONGs indicadas pelos municípios cuidarão das atividades pedagógicas e a Febem se encarregará da direção e da segurança. A instituição divulgou um



Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor, fala durante protesto contra a Febem

projeto sócioeducativo que pretende adequar suas unidades ao ECA.

O governador Cláudio Lembo admitiu que não conseguirá entregar todas as unidades até o final do ano, como era previsto. Das 41 prometidas, ele prevê a construção de 12. Segundo a assessoria de imprensa da Febem, cinco unidades devem ser entregues ainda esse semestre. O atraso é atribuído aos municípios. “Há uma resistência, que é muito grave quando se começam construções, em imóveis do governo do Estado, e elas são embargadas por autoridades municipais”, diz a secretária Eunice Prudente.

“Existe um preconceito social como existe contra todos os sistemas prisionais. O medo é que

a construção de uma unidade da Febem atraia todo tipo de ações extremamente violentas, através de rebeliões, por exemplo”, diz Naves, da Fundação Abrinq. Porém, para Ariel Alves, os municípios não aceitam a Febem porque ela não está nos padrões do ECA. “O Estado quer implantar a Febem sem consultar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem respeitar as políticas municipais. A Febem não é reconhecida em nenhum conselho porque não se ajusta ao ECA”.

Os especialistas entrevistados têm pouca fé nas novas unidades. Acreditam que a Febem deve ser extinta e substituída por outro modelo. “A Febem não ressocia-

liza”, diz Naves. “A única solução que eu vejo é começar tudo de novo”, completa. Alves, por seu turno, acredita que “na maioria dos casos a Febem é um passaporte para o sistema prisional ou para o cemitério”. Ambos citam como exemplo a ser seguido o modelo adotado no Rio Grande do Sul. Lá, foi criada em 2002 a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), para substituir a Febem. As unidades foram regionalizadas (de um total de 16, 10 estão no interior do Estado), e funcionam com um projeto pedagógico que acompanha os adolescentes desde a internação até sua saída. A Fase já comemora dois anos sem rebeliões.